



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede à Av. Santos Dumont, 75 - Centro, nesta cidade, por seu Prefeito, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados a emissão deste Termo de Inexigibilidade de Licitação, com base nos artigos 72 e 74, inciso III “c”, da Lei Federal 14.133/2021, para prestação dos serviços abaixo:

1. OBJETO:

1.1. Contratação da empresa **CRESCER TREINAMENTOS LTDA** para realização de assessoria para elaboração do Diagnóstico da Pessoa Idosa, visando conhecer a realidade do município, para a Secretaria Municipal de Assistência Social, por inexigibilidade, conforme art. 74, III “c” instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/2021, conforme descrição abaixo:

| Item | Descrição | Quant | Valor unit (máximo) | Valor total |
|-------------|---|--------------|----------------------------|--------------------|
| 1 | <p>Realização de assessoria para elaboração do diagnóstico da Pessoa Idosa visando conhecer a realidade da pessoa idosa residente no município e tem como principal objetivo subsidiar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução das políticas públicas e programas voltados a esta população.</p> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração de questionário em google forms de acordo com realidade local com participação de profissionais de Assistência Social, Saúde e Educação.• Reunião com ACS's para apresentação do questionário a ser aplicado aos idosos (4hrs). | 1 | 19.800,00 | 19.800,00 |



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

| | | | | |
|--|--|--|--|-----------|
| | <ul style="list-style-type: none">• Pesquisa de campo com agentes comunitários de saúde a partir de questionário• elaborado pela equipe técnica da empresa em todas as moradias com idosos. Questionário pode ser enviado ao idoso para responder via link ou presencialmente.• Profissional da empresa para aplicação de questionários nos grupos de idosos do município.• Tabulação e análise dos dados• Grupos focais com idosos (mínimo de 8 grupos)• Grupo focal com rede de atendimento e CMI (2 grupos)• Elaboração textual do diagnóstico• Apresentação do diagnóstico ao CMI• Impressão e encadernação. | | | |
| | | | | 19.800,00 |

2. DESCRITIVO DO TERMO

O município de Três Passos/RS não possui diagnóstico da situação da pessoa idosa, ferramenta necessária para direcionar as políticas públicas de assistência social, saúde, educação, segurança, esporte, cultura e lazer no atendimento da pessoa idosa. A ferramenta é uma produção técnica e científica, que adota bases censitárias, estatísticas e análise territorial das políticas de atendimento da Pessoa Idosa para a efetivação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

O Diagnóstico foi aprovado pelo COMUPI. E tem como objetivo investigar a realidade local da situação dos idosos, sobre o acesso e garantia dos seus direitos. O diagnóstico servirá de linha de base para identificar os principais índices de violação dos direitos e indicadores de proteção e desproteção desse público. A partir do diagnóstico, coloca-se os “problemas em



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

evidência” e nos aponta as incidências que vão alimentar as ações e metas das Políticas Públicas.

Com base no Diagnóstico, a gestão irá direcionar seu planejamento, Plano de Ação, Plano de Aplicação dos recursos do Fundo, de forma direcionada e consistente com a realidade local e com a rede de proteção e atendimento da cidade, destacando as prioridades, em suas mais diversas especificidades.

A viabilidade pela contratação por inexigibilidade de licitação com fundamento jurídico no art. 74, III, “c” da Lei 14.133/2021, está expressa no parecer jurídico emitido pelo Procurador Carlaile Horbe.

Ao processo administrativo foram juntados: O termo de referência para inexigibilidade, a razão da escolha do fornecedor, os orçamentos e a justificativa do preço.

Também se encontram anexos e já devidamente conferidos os documentos habilitatórios mínimos, necessários para a contratação.

A dotação orçamentária que cobrirá a presente contratação é a que segue:

Órgão: 13 Secretaria Municipal de Assistência Social
Despesa: 898 – 3.3.90.39.00.00.00.00 Outros serviços de terceiros

Do valor e da forma de pagamento:

O valor total contratado é de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), o pagamento será efetuado duas parcelas, sendo 50% após o primeiro encontro e 50% após a entrega do diagnóstico, mediante apresentação de nota fiscal, bem como atestado de recebimento pelo fiscal de contrato.

Da emissão do termo contratual:

O contrato será elaborado conforme minuta do anexo II.

Disposições finais:

Os serviços deverão ser prestados no prazo de 8(oito) meses.

Ante a verificação de dotação orçamentária disponível e parecer jurídico prévio, e autorização pelo Sr. Prefeito, gerou-se o presente termo, que após análise jurídica será publicado através de extrato, nos termos da lei 14.133/2021.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

Três Passos, 25 de maio de 2026.

Cleomar J. Thiesen
Agente de Contratação

Carlaile Ernesto Horbe
Procurador Geral do Município
OAB/RS 89.210

Arlei Tomazoni
Prefeito

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Do objeto:

| Itens | Descrição | Un | Qt | Valor unitário | Valor total |
|-------|--|----|----|----------------|-------------|
| 1 | Realização de assessoria para elaboração do diagnóstico da Pessoa Idosa visando conhecer a realidade da pessoa idosa residente no município e tem como principal objetivo subsidiar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução das políticas públicas e programas voltados a esta população. | un | 01 | 19.800,00 | 19.800,00 |



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">• Elaboração de questionário em google forms de acordo com realidade local com participação de profissionais de Assistência Social, Saúde e Educação.• Reunião com ACS's para apresentação do questionário a ser aplicado aos idosos (4hrs).• Pesquisa de campo com agentes comunitários de saúde a partir de questionário• elaborado pela equipe técnica da empresa em todas as moradias com idosos. Questionário pode ser enviado ao idoso para responder via link ou presencialmente.• Profissional da empresa para aplicação de questionários nos grupos de idosos do município.• Tabulação e análise dos dados• Grupos focais com idosos (mínimo de 8 grupos)• Grupo focal com rede de atendimento e CMI (2 grupos)• Elaboração textual do diagnóstico• Apresentação do diagnóstico ao CMI• Impressão e encadernação. | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

1.2. O serviço a ser contratado é de natureza comum, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.3. A despesa será de R\$19.800,00 para a presente contratação.

1.4. O contrato terá vigência pelo período de 8 meses.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

2. A execução deverá ocorrer no prazo de 8 meses a contar da assinatura do contrato.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1 Justifica-se a presente contratação através das seguintes considerações:

O município de Três Passos/RS não possui diagnóstico da situação da pessoa idosa, ferramenta necessária para direcionar as políticas públicas de assistência social, saúde, educação, segurança, esporte, cultura e lazer no atendimento da pessoa idosa. A ferramenta é uma produção técnica e científica, que adota bases censitárias, estatísticas e análise territorial das políticas de atendimento da Pessoa Idosa para a efetivação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

O Diagnóstico foi aprovado pelo COMUPI. E tem como objetivo investigar a realidade local da situação dos idosos, sobre o acesso e garantia dos seus direitos. O diagnóstico servirá de linha de base para identificar os principais índices de violação dos direitos e indicadores de proteção e desproteção desse público. A partir do diagnóstico, coloca-se os “problemas em evidência” e nos aponta as incidências que vão alimentar as ações e metas das Políticas Públicas.

Com base no Diagnóstico, a gestão irá direcionar seu planejamento, Plano de Ação, Plano de Aplicação dos recursos do Fundo, de forma direcionada e consistente com a realidade local e com a rede de proteção e atendimento da cidade, destacando as prioridades, em suas mais diversas especificidades.

2.2 Objetivo com a presente contratação:

Um bom diagnóstico é uma ferramenta importante para captar recursos /financiamentos, estruturar serviços, programas e projetos, superar os indicadores de desproteção e fortalecer os indicadores de proteção nas políticas de assistência social, saúde, educação, segurança, esporte, cultura e lazer, cuja direção será a defesa de direitos da pessoa idosa.

3. DO FORNECEDOR A SER CONTRATADO, DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E REQUISITOS HABILITATÓRIOS MÍNIMOS.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

3.1. A empresa a ser contratada é Crescer Treinamentos Ltda, Rua Barão do Rio Branco, 565-D, apto 601 – Chapecó/SC. CNPJ nº 15.309.971/0001-95. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade do serviço, cujas negativas encontra-se anexadas ao memorando que acompanha este termo, e encontram-se válidas.

3.2. A razão de escolha do fornecedor está embasada na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu artigo 74 que diz que inexigível quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização:

c) assessorias ou consultorias técnicas (...);

3.3. O preço foi coletado pela servidora Juliana A. Kaufmann de Quadros.

4. DOS FISCAIS DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

4.1. A gestão do contrato ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Sra. Rosani Antunes do Nascimento. A fiscalização através da servidora: Patrícia Ketzer

4.2. São obrigações da Contratante:

4.2.1. Receber e acompanhar os serviços nos prazos e condições estabelecidas neste termo e contrato.

4.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados.

4.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que ocorram as adequações necessárias;

4.2.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no contrato, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

4.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no neste termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1. Efetuar o serviço no período de, até 08 meses, a contar da assinatura do contrato;

5.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

5.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6. DO PAGAMENTO.

6.1.1. O pagamento será efetuado duas parcelas, sendo 50% após o primeiro encontro e 50% após a entrega do diagnóstico, mediante apresentação de nota fiscal, bem como atestado de recebimento pelo fiscal de contrato.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese,



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 6.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.4.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.
- 6.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que os valores serão atualizados pelo INPC do período.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

7.1. Das Infrações Administrativas

- 7.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:
- 7.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 7.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.1.1.5. não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.1.1.6. não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.1.7. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- 7.1.1.8. apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 7.1.1.9. fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.1.10. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- 7.1.1.11. pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

7.1.1.12. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

7.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

7.2.2.1. advertência, para a infração prevista no item subitem 7.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2.2. multa, nas modalidades:

7.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos itens 7.1.1.1. a 7.1.1.12

7.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.2.2.3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 7.1.1.2. a 7.1.1.7., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 7.1.1.8. a 7.1.1.12.

7.3. Da Aplicação das Sanções

7.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.3.2. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

7.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

- 7.3.3.** A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.
- 7.3.4.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.3.5.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.3.6.** As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
- 7.3.7.** Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts.337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
- 7.3.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão publicadas no site o Município (www.trespazos.rs.gov.br) em ícone próprio.
- 7.4.** Da execução da garantia contratual
- 7.4.1.** O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo.
- 7.4.2.** Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.
- 7.4.3.** Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.
- 7.4.4.** Esgotados o prazo elencado no item 7.4.3, para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária.
- 7.4.5.** Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para pagamento nos mesmos prazos estipulados no item 7.4.3 sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

8.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento conforme abaixo:

Para os conselheiros tutelares:

Ação: 2.135 Recurso: 1.669
(a confirmar pela SMF)

Três Passos, 30 de março de 2026

Rosani Antunes do Nascimento
Secretária M. de Assistência Social

Juliana A. Kaufmann de Quadros
Assistente Social – CRESSRS 6093

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ---/2026
LICITAÇÃO Nº 142/2026
Inexigibilidade 29/2026.

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.1880001-21, com endereço na Avenida Santos Dumont nº 75, nesta cidade de Três Passos, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Arlei Luis Tomazoni, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 700.363.650-68, portador da Identidade nº 1045276951, residente e domiciliado neste Município de Três Passos/RS, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa **CRESCER TREINAMENTOS LTDA, CNPJ 15.309.971/0001-95**, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 565-D, ap 601, Chapecó/SC, representada por Roselaine Klaus Camatti,

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações
Fone: (55) 3522-0403

CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespazos-rs.com.br



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

Assistente Social, inscrita no CRESS 2694, CPF 024.375.639-97, doravante denominada **CONTRATADA**, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, pactuam o presente Termo de Contrato, que vincula-se as disposições da Inexigibilidade 29/2026, Licitação 142/2026, autorizado pelo processo administrativo nº 2411/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

Contratação da empresa **CRESCER TREINAMENTOS LTDA, CNPJ 15.309.971/0001-95** para realização de assessoria para elaboração do Diagnóstico da Pessoa Idosa, visando conhecer a realidade do município, para a Secretaria Municipal de Assistência Social por inexigibilidade, conforme art. 74, III, ‘c’, instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de prestação dos serviços é de até 08 (oito) meses após o recebimento do empenho pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO.

O valor total ajustado para o presente contrato é de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), com base na proposta apresentada, conforme tabela abaixo:

| Item | Descrição | Quant | Valor unit (máximo) | Valor total |
|------|---|-------|---------------------|-------------|
| 1 | <p>Realização de assessoria para elaboração do diagnóstico da Pessoa Idosa visando conhecer a realidade da pessoa idosa residente no município e tem como principal objetivo subsidiar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução das políticas públicas e programas voltados a esta população.</p> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração de questionário em google forms de acordo com realidade local com participação de profissionais de Assistência Social, Saúde e Educação.• Reunião com ACS's para apresentação do questionário a ser aplicado aos idosos (4hrs). | 1 | 19.800,00 | 19.800,00 |



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

| | | | | |
|--|---|--|--|------------------|
| | <ul style="list-style-type: none">• Pesquisa de campo com agentes comunitários de saúde a partir de questionário• elaborado pela equipe técnica da empresa em todas as moradias com idosos. Questionário pode ser enviado ao idoso para responder via link ou presencialmente.• Profissional da empresa para aplicação de questionários nos grupos de idosos do município.• Tabulação e análise dos dados• Grupos focais com idosos (mínimo de 8 grupos)• Grupo focal com rede de atendimento e CMI (2 grupos)• Elaboração textual do diagnóstico• Apresentação do diagnóstico ao CMI• Impressão e encadernação.. | | | |
| | | | | 19.800,00 |

Parágrafo único: No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor total contratado é de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) pagamento será efetuado em duas parcelas, sendo 50% após o primeiro encontro e 50% após a entrega do diagnóstico, mediante apresentação de nota fiscal, bem como atestado de recebimento pelo fiscal de contrato.

§ 1º Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

§ 2º Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

§ 3º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

§ 4º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que os valores serão atualizados pelo INPC do período.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 Secretaria Municipal de Assistência Social

Despesa: 898 – 3.3.90.39.00.00.00.00 Outros serviços de terceiros

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente instrumento terá vigência até por doze meses.

§ 1º A execução deverá ter início após a assinatura do presente termo.

§ 2º Qualquer alteração no prazo suprarreferido dependerá de prévia aprovação, por escrito, do Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR E DOS FISCAIS DO CONTRATO

Conforme Decreto nº 74/2019, a fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores abaixo elencados, nos termos da portaria de nomeação.

a) Gestor(a): Rosani Antunes do Nascimento;

b) Fiscal: Patrícia Ketzer

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

O contrato será reajustado, nos termos do art. 25 da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 34/2023, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado, mediante solicitação do contratado.

§ 1º Para fins de reajuste, levar-se-á como data base a data do orçamento estimado, ou da planilha orçamentária constante do processo administrativo ou do Termo de Referência.

§ 2º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 3º O valor do contrato será reajustado pelo INPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização.

§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

§ 5º A revisão de contrato ou reequilíbrio econômico-financeiro decorre da imprevisão, consiste em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário,



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

que poderá ser concedido a qualquer tempo, e para sua concessão devem ser verificados os seguintes requisitos:

- a) evento futuro e incerto;
- b) evento ocorrido após a apresentação da proposta;
- c) o evento não pode ocorrer por culpa da contratada;
- d) possibilidade de revisão seja aventada pela contratada ou pela contratante;
- e) modificação consubstancial nas condições contratadas;
- f) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada.
- g) demonstração da quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

§ 6º O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência deste instrumento e antes de eventual prorrogação.

§ 7º A contratada, para fazer jus ao equilíbrio econômico-financeiro, deverá apresentar em até 10(dez) dias após a assinatura deste instrumento planilha de custos elaborada pelo contador/técnico contábil da empresa e documentos comprobatórios dos preços apresentados. A falta da apresentação desta poderá ensejar o indeferimento do pedido pelo setor de contabilidade.

§ 8º Solicitada repactuação ou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o contratante obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

§ 9º O não cumprimento do prazo constante no item § 8º desta cláusula não implica em deferimento do pedido por parte do contratante. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Para a presente contratação não haverá exigência de garantia de execução tendo em vista que o objeto somente será pago após a sua entrega.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

§ 1º São obrigações da Contratante:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021; A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 2º São obrigações da contratada:

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - I** - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
 - II** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - III** - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
 - IV** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
 - V** - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - VI** - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - VII** - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
 - VIII** - Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;
 - IX** - Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

A empresa CONTRATADA se compromete a executar o contrato de acordo com as disposições do Edital e em conformidade com as cláusulas constantes neste instrumento e a prestar a garantia pelo prazo proposto, ou seja, **cinco anos** a contar da entrega. No caso de a garantia ser



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

acionada deverá ser prestada no prazo de cinco dias úteis a contar do recebimento da solicitação. O descumprimento da garantia acarretará aplicação das penalidades previstas no edital e contrato por descumprimento de cláusula do edital. As penalidades neste caso poderão ser aplicadas ainda que o prazo de vigência contratual esteja exaurido, fato que não poderá ser alegado pela contratada, pois de conhecimento prévio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

§ 1º Das Infrações Administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- h) apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- l) pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I- Advertência, para a infração prevista na alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II- multa, nas modalidades:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

1. Compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nas alíneas “a” até “m”.
2. Moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens “b” até “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens “h” até “m”.

§ 3º Da Aplicação das Sanções

I. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

II. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

III. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

IV. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

V. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

VI Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts.337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

§ 4º Da execução da garantia contratual

O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

I. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial. Esgotados o prazo para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária. Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

pagamento nos mesmos prazos estipulados neste item, sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

O presente termo de contrato poderá ser extinto:

- I. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- II. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- III. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
- IV. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.
- V. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à contratada:

- I. A subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da Contratante;
- II. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

§ 1º Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 3º As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

§ 1º Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO FORO



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

LICITAÇÃO Nº 142/2026
INEXIGIBILIDADE 29/2026
BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, III “c”, DA LEI 14.133/2021
Processo administrativo: 2411/2026

Fica eleito o foro da Comarca de Três Passos-RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões decorrentes deste contrato ou sua execução, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma, teor e conteúdo.

Três Passos, -- de ----- de 2026.

Contratante:

Contratada:

Município de Três Passos
Arlei Luis Tomazoni
Prefeito

Assessor Jurídico: _____

Gestor: _____
Rosani A. do Nascimento

Fiscal: _____
Patricia Ketzner